

## RECUPERAÇÃO FISCAL

# "RRF não é a melhor, mas única solução"

Sem data definida para a convocação extraordinária à Assembleia Legislativa, com a finalidade de votar o projeto que autoriza o Rio Grande do Sul a aderir ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF) da União, o governo do Estado atua também em outras frentes para tentar firmar o acordo que promete dar fôlego financeiro às contas públicas.

Uma das metas é cumprir a exigência da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), comprovando que o Estado compromete mais de 70% da receita corrente líquida em despesas com pessoal, um dos principais pré-requisitos para a adesão ao RRF. Para evitar a criação de comissões e a realização de rodadas de encontros de números entre técnicos, o Piratini fará uma consulta formal sobre o tema ao Tribunal de Contas do Estado (TCE).

Participando desde o início dos debates sobre a recuperação fiscal, o Sindicato dos Servidores Públicos da Administração Tributária do Estado (Sindifisco-RS), tem contribuído para o entendimento sobre as saídas que poderiam levar à melhora da situação fiscal do Rio Grande do Sul.

Em entrevista ao Grupo JM, nesta semana, o presidente da entidade, Celso Malhani, afirmou que o governo vem fazendo avanços para a adesão ao acordo que, se não é ideal, é a solução possível a curto prazo.



Presidente do Sindifisco, Celso Malhani defende projeto de longo prazo

"O próprio governo do Estado tem dito que o Regime de Recuperação Fiscal não é a melhor saída para a crise, mas, pelo que parece, é a única", resume Malhani, defendendo que a amortização da dívida bilionária com a União é uma necessidade urgente.

Segundo o presidente do Sindifisco-RS, outra conquista no processo de negociação sobre a situação fiscal do Estado é a decisão da ministra Cármen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal, estabelecendo que o Piratini poderá aderir ao RRF sem abrir mão de discutir em juízo o quantitativo da dívida - somados os juros do passivo, o Estado já pagou quase o dobro do valor total devido à União desde os anos 1990.

"Eu acho que é preciso fazer avanços, e o governo já fez vários. Está nesta fase de contabilizar o gasto com pessoal, mas é preciso avançar mais. O Rio de Janeiro também teve uma negociação longa, mas conseguiu fazer esses avanços necessários e concretizou a adesão. No caso do Rio Grande do Sul, passa por essa questão das privatizações, e uma série de outras questões que são decisivas", avalia Celso Malhani.

Ainda conforme o presidente do sindicato dos auditores fiscais, é preciso moldar o acordo com a União de maneira que o Regime de Recuperação Fiscal represente a evolução das contas públicas no médio e longo prazo, e não somente de maneira momentânea.

## Receita manda 150 mil ao Serasa

A Receita Estadual encaminhou mais de 150 mil créditos para negativação junto à Serasa, o que corresponde a cerca de R\$ 750 milhões em dívidas com o Estado. A partir do recebimento dos lotes, a Serasa realiza o envio de comunicado aos devedores para regularização, em no máximo dez dias, sob pena de inclusão no cadastro negativo. O prazo contratual para o registro ser excluído após o pagamento é de cinco dias úteis. A expectativa é de que um em cada quatro devedores regularizem suas dívidas em 30 dias.

A iniciativa, viabilizada por meio de contrato firmado no final de 2017 entre a Secretaria da Fazenda e a Serasa, permite a inclusão e a exclusão de devedores nos cadastros restritivos dos serviços de proteção ao crédito. A principal pendência em relação às pessoas físicas se refere ao IPVA (Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores) de 2017 e de exercícios anteriores.



Dívidas inscritas pela Receita se referem, em grande parte, ao IPVA

Entre pessoas jurídicas, são dívidas relacionadas ao ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) declarado e não recolhido, além dos lançamentos de ofício relativos ao ICMS e ao ITCD (Imposto sobre Herança e Doações) não declarados.

No comunicado enviado pela Serasa consta o número do Con-

trato, que corresponde ao número da Dívida Ativa na Receita Estadual. Com esse registro, além de seus dados de identificação, os contribuintes podem acessar débitos e parcelamentos e consultar suas dívidas. A regularização pode ser efetuada mediante pagamento ou parcelamento, diretamente no site ou nas unidades de atendimento da Instituição.

## Demanda por crédito cresce 27% em Ijuí

O Serviço Central de Proteção ao Crédito (SCPC) em Ijuí registrou no mês de dezembro um crescimento significativo de procura por crédito no comércio local. O relatório elaborado pela entidade mostra que, na comparação com novembro, o mês de celebração de Natal e Ano Novo teve aumento médio de 27% na procura por compras no crédito.

Na modalidade de cartões de lojas e crediários, o crescimento foi de 24,04%, com mais de 26,4 mil consultas efetuadas nas lojas conveniadas ao serviço em Ijuí. Já a consulta de cheques teve aumento ainda maior, de 26,8%. Foram 18,2 mil consultas sobre a situação cadastral de clientes.

Somadas, as consultas de crédito e cheques alcançaram mais de 44 mil pedidos de informação sobre registros de devedores.

"Esse aumento significativo se deve à diminuição do número de pessoas com fichas canceladas de consumidores inadimplentes. Houve no mercado mais pessoas em condição de usar o crédito", resume o presidente do SCPC em Ijuí, Clóvis Roratto de Jesus.

A diminuição das taxas de juros praticadas em alguns bancos comerciais é citada pelo presidente do SCPC como outro fator positivo, que tem oportunizado o aumento do consumo represado nos longos meses de recessão econômica pela qual passou o País.

Outro dado revelado pelo



Clóvis de Jesus

relatório é o total de fichas de consumidores inadimplentes canceladas, em função da quitação de dívidas, somente em dezembro foram mais de 4 mil fichas canceladas, o que também dá bons indícios para o mercado consumidor local.

"Eu vejo essa questão como uma mudança de comportamento. Como passamos por uma recessão muito grande, com muito desemprego, o consumidor também está mais acostumado a aceitar o crédito adequado às suas condições de pagamento. Isso faz com que seja mais fácil, e mais comum, a quitação das dívidas", avalia Clóvis de Jesus.

## Sebrae tenta reverter veto ao Refis das MPEs

O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), parlamentares e organizações que congregam micro e pequenos empresários se reuniram nesta semana, em Brasília, para discutir estratégias com o objetivo de derrubar o veto à criação de um programa de refinanciamento de dívidas do governo federal para o segmento, conhecido como Refis das micro e pequenas empresas.

No dia 5 de janeiro, o presidente Michel Temer vetou integralmente o texto aprovado pelo Congresso que instituía benefícios nos termos de pagamento de débitos com a União, a exemplo do que já havia sido aprovado para grandes empresas. A justificativa para o veto é que a medida fere a Lei de Responsabilidade Fiscal ao não prever a origem dos recursos que cobririam os descontos aplicados a multas e juros com o parcelamento das dívidas.

A proposta concedia descontos em juros e multas para criar melhores condições de quitação dos débitos dessas empresas.

Segundo o texto, 5% desses valores deveriam ser pago em espécie em até cinco parcelas e o restante poderia ser dividido em até 15 anos.

Durante a reunião, os participantes avaliaram que há clima para a derrubada do veto no Congresso, pois diversas bancadas apoiam a proposta. "A causa é abraçada por parlamentares de todas as linhas. É um tema supra-partidário, tratado por parlamentares do governo e da oposição e que quando da votação teve quase unanimidade", disse o deputado Otávio Leite (PSDB-RJ), relator da matéria na Câmara.

Um dos desafios é conseguir incluir o tema na pauta do Congresso Nacional. Derrubadas de veto são temas de sessão conjunta do Parlamento, que precisam ser convocadas pelo presidente do Senado, Eunício Oliveira (PMDB-CE). Mas a pauta das duas casas deve ficar ocupada neste início de ano com a tentativa de votação da proposta do governo de reforma da Previdência.